

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)16 mar 2017 | O Globo | CAROLINA BRÍGIDO [carolina@bsb.oglobo.com.br](mailto:carolina@bsb.oglobo.com.br)

# STF instaura inquérito sobre possível crime ambiental de Padilha

## Chefe da Casa Civil é suspeito de fazer intervenção ilegal em área no RS

-BRASÍLIA- O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), abriu inquérito para investigar o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, por crime ambiental. O pedido de abertura da investigação foi feito em fevereiro, pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. A empresa Girassol Reflorestamento e Imobiliária, da qual o ministro seria sócio, é suspeita de ter construído um canal de drenagem no Balneário Dunas Altas, na cidade gaúcha de Palmares do Sul. Segundo Janot, trata-se de "intervenção irregular". Havia, nas proximidades da obra, uma placa informando que o proprietário das terras era Padilha.

Os indícios contra Padilha estavam na 7ª Vara Federal de Porto Alegre. No ano passado, ele se tornou ministro e, com isso, adquiriu o direito ao foro especial e os autos foram enviados ao STF em agosto. O relator era o presidente do tribunal na época, ministro Ricardo Lewandowski. Agora, com base em elementos mínimos que incriminam Padilha, a PGR quer que o caso seja transformado em inquérito.

"Os elementos já insertos nos autos apontam, de fato, para a possível ocorrência de crime ambiental", diz Janot no ofício. O Ministério Público do Rio Grande do Sul realizou vistoria no local em outubro de 2014 e constatou que foi aberto um canal perto das dunas, entre a praia e duas lagoas, com extensão de 4,45 quilômetros e largura de cinco metros.

ACORDO COM ÓRGÃO AMBIENTAL Padilha será investigado pelo crime de "destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção". No caso de condenação, a pena definida por lei é de um a três anos de prisão, ou pagamento de multa. Se ficar comprovado que o crime é culposo, ou seja, sem intenção, a pena pode ser reduzida à metade. Por ser um crime de pena leve, se for condenado, Padilha não deverá ser preso, mas poderá ser obrigado a prestar serviço comunitário. O ministro Padilha não quis comentar a decisão.

Padilha ainda pode ser investigado na operação Lava-Jato. Anteontem, ele foi incluído na lista de 83 pedidos de investigação que o procurador-geral enviou ao STF a partir do conteúdo da delação premiada feita por ex-executivos do grupo Odebrecht. Padilha foi citado pelo ex-diretor da empresa Cláudio de Melo Filho. Segundo o delator, Padilha ficou encarregado de receber parte da doação de R\$ 10 milhões para o PMDB na eleição de 2014.

Sobre o inquérito que trata de crime ambiental, Padilha informou que foi firmado, em dezembro de 2016, Termo de Compromisso Ambiental com a Fundação de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler para extinguir qualquer obrigação em relação aos fatos que geraram a investigação.

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | [www.newspaperdirect.com](http://www.newspaperdirect.com), EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)